



MODELO PARA AVALIAÇÃO DE LEGÍTIMO INTERESSE



VERSÃO 1.0 – MARÇO DE 2026

Entendendo o legítimo interesse

Sempre que pensamos na utilização da base legal do Legítimo Interesse como base apta a justificar o tratamento de dados a ser realizado, lembramos do LIA (Legitimate Interests Assessment).

Um LIA (Legitimate Interests Assessment) ou teste de ponderação é um teste que deve ser realizado sempre que o controlador e/ou terceiro optar por justificar ou entender aplicável a utilização da base legal do Legítimo Interesse.

Caso esta base tenha sido identificada durante a elaboração do Assessment inicial, é recomendável que o controlador e/ou terceiro realize o teste para fins de confirmação da viabilidade da opção pela utilização da referida base legal.

Para realizar o teste o primeiro passo é a descrição da finalidade: aqui deve haver a descrição da finalidade para qual os dados pessoais serão tratados e, o segundo passo, fazer referência a quais os dados pessoais tratados.

Neste caso, deve-se listar todos os tipos de dados para os quais serão verificados se é adequada a base legal do legítimo interesse.

Além do mais, deve haver atenção às quatro fases que seguem:

Legitimidade do Interesse (Art. 10, caput e Inciso I, da LGPD)

Finalidade Legítima: descrição e verificação sobre qual o real interesse da empresa em tratar os dados, para verificar se este é legítimo, ou seja, lícito, adequado e proporcional.

Situação Concreta: descrição do contexto fidedigno em que se dará o tratamento de dados, não sendo aceitas situações genéricas, nem abstratas e futuras.

Necessidade (10, §1o, da LGPD)

Minimização – Utilização de dados pessoais menos intrusivos, devendo limitar-se ao uso apenas dos dados pessoais estritamente necessários para atingir a finalidade pretendida, de modo a evitar, assim, o uso de dados em excesso, incompatíveis e inadequados ao tratamento.

Verificar a existência de outros tipos de dados menos intrusivos, que estejam disponíveis ao controlador, e que possam ser utilizados para atingir as mesmas finalidades.

Existência de outras bases legais – Verificar se alguma outra base legal prevista no Art. 7o, não seria mais adequada para o contexto de tratamento de dados pretendido pela empresa.

Balanceamento (Art. 6o, I, 7o, IX, e art. 10, II, da LGPD)

Legítima Expectativa – Análise da compatibilidade do tratamento realizado com a expectativa do titular. Deve-se verificar: (i) a existência de uma relação pré-estabelecida com o titular do dado de onde se possa concluir uma possível expectativa sua; ou (ii) se o homem médio, no contexto do

tratamento dos dados, poderia vislumbrar que seus dados poderiam ser tratados para as finalidades para as quais os dados foram coletados.

Direitos e Liberdades Fundamentais – Analisar se algum direito básico do titular do dado, como direito de acesso, retificação, cancelamento e oposição podem ser mitigados, além da verificação de liberdades fundamentais, como liberdade de expressão, locomoção, associação e outras previstas no ordenamento, não serão impactadas de forma desproporcional ao ponto de prejudicar o indivíduo de forma não autorizada ou inapropriada.

Salvaguardas (10, §2o e §3o da LGPD)

Quais as medidas e instrumentos empregados para garantir o cumprimento dos direitos dos titulares dos dados, de modo a evitar que seus dados sejam eventualmente utilizados de forma indevida?

Transparência. Há Transparência quando do tratamento dos dados do titular? Deve haver uma explicação sobre quais dados são coletados, como eles são utilizados e permitir ao titular acesso a uma cópia dos seus dados pessoais sempre que este requisitar e de forma gratuita.

Mecanismos de oposição (opt-out). É o meio pelo qual o titular dos dados pode ser opor ao tratamento dos seus dados, caso ele não concorde com o tratamento realizado ou caso este estiver em desconformidade com a legislação.

Mitigação dos Riscos – Aqui é necessária a análise da adoção das possíveis medidas para mitigar os riscos. Ex: anonimização, pseudoanonimização, controle de acesso aos dados etc.

Por fim, da análise das disposições acima haverá a conclusão pela aprovação ou reprovação no teste. A reprovação em qualquer das fases do teste de ponderação, inviabiliza a utilização da base legal do Legítimo Interesse.

Este modelo de avaliação de interesses legítimos foi projetado para ajudá-lo a decidir se a base de interesses legítimos provavelmente se aplicará ao seu processamento.

Parte 1: Teste de Propósito

Você precisa avaliar se realmente há um interesse legítimo por trás do processamento respondendo as seguintes perguntas:

- Por que você quer processar os dados?
- Que benefício você espera obter com o processamento?
- Algum terceiro se beneficia do processamento?
- Há algum benefício público mais amplo para o processamento?

- Qual a importância dos benefícios que você identificou?
- Qual seria o impacto se você não pudesse prosseguir com o processamento?
- Você está cumprindo quaisquer regras específicas de proteção de dados que se aplicam ao seu processamento (por exemplo, requisitos de criação de perfil ou legislação de privacidade eletrônico)?
- Você está cumprindo outras leis relevantes?
- Você está cumprindo as diretrizes do setor ou códigos de prática?
- Há outras questões éticas com o processamento?

Parte 2: Teste de Necessidade

Você precisa avaliar se o processamento é necessário para o propósito que você identificou respondendo as seguintes perguntas:

- Será que esse processamento realmente vai ajudá-lo a alcançar o seu propósito?
- O processamento é proporcional a esse propósito?
- Você pode alcançar o mesmo propósito sem o processamento?
- Você pode alcançar o mesmo propósito processando menos dados, ou processando os dados de outra forma mais óbvia ou menos intrusiva?

Parte 3: Teste de Balanceamento

Você precisa considerar o impacto sobre os interesses e direitos e liberdades dos indivíduos e avaliar se isso sobrepõe seus interesses legítimos.

Natureza dos dados pessoais

- São dados de categorias especiais ou dados criminais?
- São dados que as pessoas provavelmente considerarão particularmente "privados"?
- Você está processando dados ou dados de crianças relacionados a outras pessoas vulneráveis?
- Os dados sobre as pessoas são de cunho pessoal ou profissional?

Expectativas razoáveis

- Você tem uma relação existente com as pessoas?
- Qual é a natureza da relação e como você usou esses dados no passado?
- Você coletou os dados diretamente do indivíduo? O que você disse a eles na época da coleta?
- Se você obteve os dados de terceiros, o que eles disseram aos indivíduos sobre reutilização para outros fins?
- Há quanto tempo você coletou os dados? Há alguma mudança na tecnologia ou contexto desde então que afetaria as expectativas?
- Seu propósito e método são amplamente compreendidos?
- Você pretende fazer algo novo ou inovador?
- Você tem alguma evidência sobre expectativas, por exemplo, de pesquisa de mercado, grupos focais ou outras formas de consulta?
- Há outros fatores nas circunstâncias particulares que significam que eles iriam ou não esperar o processamento?

Impacto provável	
<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os possíveis impactos do processamento nas pessoas? • Os indivíduos perderão algum controle sobre o uso de seus dados pessoais? • Qual é a probabilidade e a gravidade de qualquer impacto potencial? • A maioria das pessoas concorda com o objetivo do processamento ou vão achar intrusivo? • Ficaria feliz em explicar o processamento para indivíduos? • Você pode adotar alguma salvaguarda para minimizar o impacto? 	
Você pode oferecer aos indivíduos um opt-out?	Sim / Não

Tomando a decisão

É aqui que você usa suas respostas para as Partes 1, 2 e 3 para decidir se pode ou não aplicar a base de interesses legítimos.

Você pode confiar em interesses legítimos para este processamento?	Sim / Não
<p>Você tem algum comentário para justificar sua resposta? (opcional)</p>	
Executado por:	
Data:	

Próximos Passos

Mantenha um registro deste documento, e mantenha-o sob revisão.

Faça um DPIA, se necessário.

Inclua detalhes de seus propósitos e base legal para processamento em suas informações de privacidade, incluindo um esboço de seus interesses legítimos.